



CÂMARA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS
COMISSÃO DE FINANÇAS E CONTROLE



PARECER PARA DISCUSSÃO EM PRIMEIRO TURNO
PROJETO DE LEI N.º 71, DE 2022

Altera o Anexo II, da Lei Municipal n.º 2.055, de 1º de dezembro de 2021, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio 2022 a 2025 do Município de Indianópolis, e dá outras providências.

Autor: Prefeito Municipal

Relator: Vereador MARCOS TÚLIO DA SILVA

I RELATÓRIO

O Projeto de Lei n.º 71, de 2022, de autoria do Prefeito Municipal, foi distribuído à Comissão de Finanças e Controle (CFC), no último dia 25, para parecer quanto aos aspectos financeiros e orçamentários.

O projeto é dividido em dois artigos, a saber:

O art. 1º dispõe que o Anexo II, da Lei Municipal n.º 2.055, de 1º de dezembro de 2021, que dispõe sobre o Plano Plurianual do Município de Indianópolis-MG, para o quadriênio 2022 a 2025, passa a vigorar conforme anexo do projeto.

O art. 2º contém a cláusula de vigência, fixada para a data da publicação.

É, em síntese, o relatório.

II FUNDAMENTAÇÃO

O Plano Plurianual é o instrumento para planejar as ações governamentais de caráter mais estratégico, político e de longo prazo, a ser considerado pelos administradores municipais. Pode-se entender o PPA como instrumento que evidencia o programa de trabalho do governo e no qual se enfatizam as políticas, as diretrizes e as ações programadas no longo prazo e os respectivos objetivos a serem alcançados, devidamente quantificados fisicamente.

Na execução do PPA, é perfeitamente possível alterá-lo para se fazer ajustes na programação das ações governamentais.



CÂMARA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS
COMISSÃO DE FINANÇAS E CONTROLE

A lei que dispõe sobre o PPA 2022-2025 (Lei n.º 2.055, de 1º de dezembro de 2021) prevê que os programas serão permanentemente acompanhados e avaliados, podendo ser alterados, mediante autorização legislativa.

No caso, o projeto altera apenas o Anexo II, do PPA 2022-2025, que contém o demonstrativo de programas de governo. São alterados os valores de alguns programas, de modo ajustá-los às projeções das despesas com pessoal, constantes do projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2023, em tramitação nesta Casa.

Essa justificativa foi apresentada pelo Prefeito Municipal na Mensagem n.º 27, de 2022, pela qual encaminhou o projeto sob exame.

Para o próximo ano, os valores de alguns programas foram aumentados, como é caso do Educação de Qualidade, que passou de R\$ 10.582.500,00 para R\$ 11.429.978,00, e do Gestão e Incentivo a Difusão Cultural, que foi aumentado de R\$ 724.000,00 para R\$ 1.316.000,00. O maior aumento foi no programa Transporte Escolar, cujo saldo subiu de R\$ 1.412.500,00 para R\$ 2.825.000,00.

Os valores de outros programas, por sua vez, foram reduzidos, a exemplo do programa Saúde para Todos, cujo saldo foi diminuído de R\$ 13.451.700,00 para R\$ 11.972.660,00.

Há que ressaltar que os valores dos programas de governo, fixados pelo projeto, deverão ser observados pela Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária para o exercício de 2023.

III CONCLUSÃO

Diante do exposto, esta Comissão acolhe o voto do relator e conclui pela adequação financeira e orçamentária do Projeto de Lei n.º 71, de 2022.

Sala das Reuniões, 2 de maio de 2022.



MARCOS TÚLIO DA SILVA

Relator



LINDOMAR JOSÉ DOS REIS

Presidente



WELBEMAR ALVES XAVIER

Membro